O GLOBO
Publicado em 08/07/2022 - 05:57

Sem garantia para estado de emergência, Lira adia PEC

PEC ELEITORAL

QUÓRUM BAIXO

Com temor de derrubada do estado de emergência, Lira adia votação da proposta

FERNANDA TRISOTTO, NATÁLIA PORTINARI, JUSSARA SOARES E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O temor governista da derrubada do "estado de emergência" da proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral fez o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiar ontem a votação do projeto para a próxima terça-feira, de acordo com lideranças do Congresso. A PEC institui um estado de emergência no Brasil até dezembro, para driblar a lei eleitoral, ampliar o Auxílio Brasil (para R$ 600), dobrar o vale-gás e criar o "Pix Caminhoneiro" de R$ 1 mil.

Apesar de votar a favor do projeto, a oposição preparava um destaque, uma proposta para alterar o texto, e retirar o "estado de emergência" da PEC. Para derrubar esse destaque e manter a emergência, o governo precisava de 308 votos. Como havia poucos deputados na Câmara, a decisão de Lira foi de adiar a votação, prevista inicialmente para a noite de ontem. Mas a expectativa é contar com quórum necessário para preservar o texto original na próxima terça-feira.

A manobra para garantir a emergência foi para evitar um revés jurídico para Bolsonaro. Por outro lado, a postergação da votação da PEC atrapalha os planos do governo de fazer os pagamentos dos benefícios rapidamente, dada a proximidade da eleição.

O estado de emergência é um dos pontos mais polêmicos da PEC e é criticado por juristas. A legislação eleitoral proíbe a criação e ampliação de benefícios no ano do pleito, a não ser em caso de emergência ou calamidade. Para driblar essa regra, então, o Congresso instituiu a emergência na PEC.

A ideia da emergência é blindar Bolsonaro. Sem essa medida de exceção, ele poderia ser enquadrado na lei eleitoral por abuso de poder econômico e ficar inelegível por oito anos, na opinião de especialistas e até de técnicos do governo. Por isso, foi desenhado o estado de emergência.

A sessão foi encerrada por volta de 19h45, quando haveria registro de 427 deputados na Casa. Isso não quer dizer, porém, que esses parlamentares estavam em Brasília e no plenário. Isso acontece porque o painel exibe dados da última votação, ou seja, após esse momento parte dos parlamentares pode ter deixado o local.

LÍDERES 'SEM PRESTÍGIO'

A decisão de Lira de adiar a votação foi tomada após requerimento de encerramento de discussão ser aprovado por 303 votos a 91, indicando baixa presença em plenário. Esse requerimento serviu como parâmetro para Lira e para o governo contabilizar os votos. Como não havia 308 votos, existia o risco de derrubar o estado de emergência.

Tradicionalmente, há poucos deputados em Brasília às quintas-feiras. Essa situação é mais acentuada no período eleitoral. Logo após deixar a mesa da Presidência, Lira se queixou a aliados que os líderes estavam "sem prestígio" e não conseguiam reunir deputados na sessão.

No plenário, disse que não arriscaria votação de duas PECs — os deputados também analisariam o texto que cria piso nacional de enfermagem.

— Não vou arriscar nem essa PEC, nem a outra, com esse quórum — declarou o presidente da Câmara, ao anunciar que encerraria a sessão e que as propostas seriam analisadas novamente na terça-feira.

No início da sessão, o humor de Lira era outro. Indeferiu questões de ordem, afirmou que seriam votadas duas PECs e até inverteu a ordem de análise, privilegiando a PEC Eleitoral em detrimento da do piso da enfermagem. Chegou a dizer que faria, ao final da sessão, um desafio público para "as oposições de hoje, os governos de amanhã e vice-versa", por causa de menções ao caráter eleitoreiro da PEC. No final, achou melhor não arriscar nenhuma votação sem presença massiva da base.

O relator, Danilo Forte (União-CE), disse que deputados viajaram para as bases e não daria para atingir quórum:

— Diante de uma segurança maior, acho que o presidente Arthur Lira agiu corretamente.

Nos bastidores, o governo minimiza o adiamento e nega que isso atrapalhe os planos da campanha de Bolsonaro. Assessores do governo afirmam ainda que três dias úteis não vão ter impacto e dizem que o texto da PEC prevê o pagamento de agosto a dezembro, portanto, ainda há tempo para aprovar a proposta.

TODAS AS FICHAS NA PEC

O governo queria que o projeto fosse aprovado nesta semana para antecipar os pagamentos dos benefícios. Apesar do adiamento da votação, o presidente Bolsonaro já tem usado o pacote de bondades da PEC em seus discursos para atrair o eleitorado.

O núcleo duro da campanha aposta todas as fichas no pacote para fazer Bolsonaro começar a recuperar a diferença nas pesquisas em relação ao ex-presidente Lula em julho. A medidas atingem diretamente a população de baixa renda.

Para deputados da oposição, o adiamento da votação mostra que o engajamento ao governo está baixo, e que, mesmo com manobras para acelerar a tramitação do texto, faltou mobilização da base.

SESSÃO DE 1 MINUTO

O líder da minoria, deputado Alencar Santana (PT-SP), diz que a oposição continuará fazendo seu trabalho de questionar o projeto, mas que faltou articulação do próprio governo:

— Eles transgrediram o regimento na comissão, atropelaram a sessão hoje cedo e mesmo assim não conseguiram garantir seus deputados. O governo não tem adesão para uma coisa que ele considera central. O governo tem obrigação de colocar seu quórum se quer aprovar. Ele tem a maioria com folga. É ele que não conseguiu hoje.

O governo conseguiu apenas a aprovação na comissão especial. No colegiado, a proposta foi aprovada com 36 votos favoráveis e apenas um contrário, do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP).

Para tentar garantir a votação e contar prazos regimentais, a Câmara chegou a fazer uma sessão de apenas um minuto. Como a oposição havia pedido vista, ou seja, mais tempo para analisar a proposta, o regimento prevê que esse tempo seja de duas sessões do plenário. Assim, mesmo com a sessão de um minuto, pouco depois das 6h, o prazo foi contado, e a comissão especial pôde analisar o tema ontem.

Os partidos contrários ao governo, por sua vez, conseguiram adiar a votação, mas seguem dizendo que votarão a favor do texto.

— Não iremos dizer não ao aumento de um auxílio que nós já queríamos que fosse maior, mas nós temos que denunciar que é eleitoreira a decisão — disse Alice Portugal (PCdoB-BA).

TONI MOLINA/FOTOARENA

Incerteza. Para evitar revés para Bolsonaro, Lira adiou a votação da PEC Eleitoral. Governo queria antecipar pagamento de Auxílio Brasil com valor maior

> *"Não vou arriscar nem essa PEC, nem a outra, com esse quórum*
>
> **Arthur Lira (PP-AL),** presidente da Câmara

> *"Diante de uma segurança maior, acho que o presidente Arthur Lira agiu corretamente"*
>
> **Danilo Forte (União-CE),** relator da PEC Eleitoral na Câmara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 17

Copyright © Clipclap 2025.